

# O mercado do desejo e suas frustrações: episódios de tecnologia e afetividade

*The market of desire and its frustations:  
technology and affectivity episodes*

**Christian Ferrer**

Sociólogo e professor na Universidade de Buenos Aires,  
Argentina. Contato: cferrer@fibertel.com.ar.

**RESUMO:**

Esse ensaio trata das relações entre tecnologia, afetos e sofrimento em nossa época que se reportam a um desigual e combinado desenvolvimento da forma-família que assumiu novas e insuspeitas modelagens. Ao lado de muitas novas formas de casamento, emerge uma *indústria do prazer e do entretenimento* para jovens e velhos baseada em modelos universais de felicidade e vitalidade que não permitem outras escolhas no campo do prazer e do estilo de vida.

**Palavras-chave:** afetos, tecnologia, sofrimento

**ABSTRACT:**

*This essay is about the relations between technology, affections and suffering in our own age related to the unequal and combined development of the family-form which has accomplished unexpected patterns. Alongside many new forms of marriage, emerges a whole industry of pleasure and entertainment for young and old people based on universal models of happiness and vitality that denies possibilities of other choices in the field of pleasure and lifestyle.*

*Keywords: affections, technology, suffering*

FERRER, Christian (2012). O mercado do desejo e suas frustrações: episódios de tecnologia e afetividade. *Revista Ecopolítica*, São Paulo, n. 4, set-dez, pp. 53-68.

Recebido em 11 de setembro de 2012. Confirmado para publicação em 01 de outubro de 2012.

“Imagine uma cidade onde todos fossem teus pais, tuas mães, teus filhos. Que grande e bonita família! Diógenes não se conforma em ter um, dois ou três filhos: quer milhares, milhões! A ti mesmo, quero-te como a um filho, e a cada homem da minha idade como a um irmão; a cada velho, como a meu pai; e a cada velha como a minha mãe. Se dependesse apenas de mim, celebraria um grande casamento entre todos os homens e todas as mulheres, e faria com que os filhos fossem de todos.”  
Diógenes, o cínico, a seu aluno Andróstenes, século V antes de Cristo

## A família e a decomposição<sup>1</sup>

Na maioria das culturas a família é tudo. Assim é na China, onde a trama das relações familiares, especialmente nas zonas rurais, se afirmou desde sempre como a única proteção contra os abusos dos poderosos, fosse sob os imperadores de outras épocas, fosse sob os insígnias do Partido Comunista atual. O mesmo acontece, hoje em dia, na maioria dos países de tradição islâmica no Oriente Médio e do norte da África, onde a família é a unidade referencial e assistencial, ao mesmo tempo acoplada, nos assuntos políticos, a clãs ou tribos, ou, mais secundariamente, a partidos políticos. E assim sucessivamente. No Ocidente, ao contrário, a rede familiar extensa na era moderna foi-se comprimindo num núcleo reduzido e muitas vezes isolado, uma espécie de refúgio ou de *bunker* chamado comumente de “família burguesa” ou patriarcal, dependendo do ângulo que se olhe, ou simplesmente uma neurose, um experimento que parecia destinado a perdurar, mas que se revelou incômodo, ou mesmo traumático, até terminar, no último meio século, por se desagregar numa variedade combinações por ora provisórias.

Existem, ainda, muitas famílias “tradicionalistas”, mas abundam as desmembradas, ou seja, aquelas com pais separados que, por sua vez,

---

<sup>1</sup> No original a palavra “desparejo” é utilizada pelo autor em um duplo sentido: o literal de “decomposição” ou “desmantelamento” e o jogo de palavras com “pareja” (casal) que significaria – como neologismo – a ação de terminar, separar ou negar um casal (N.T.).

se reassociam em outros casais, às vezes reiteradamente, que também podem, nesse processo, sobrepor ou não camadas de filhos. Há famílias monoparentais. Há mães sem parceiro que geraram seus filhos por decisão própria, muitas vezes graças à “inseminação artificial”. Há pais e mães heterossexuais, gays, lésbicas, travestis, ou ainda amálgamas de todos eles. Há progenitores novatos jovens, outros adultos, outros ainda da “terceira idade”. Há mães adolescentes e outras que, com o auxílio médico e técnico, tornaram-se mães com suas seis décadas de vida. Há crianças adotadas e pais adotivos. Há mães “solteiras” e há homens que criam sós seus filhos pela ausência voluntária da mãe. Há filhos nascidos de “barriga de aluguel” que nunca conheceram suas “mães biológicas” e outros que são frutos de úteros “emprestados” por uma amiga do casal, ou por uma cunhada, uma tia ou até mesmo uma avó. Há crianças criadas pelos avós, e não por seus pais. E, além disso, no mundo acumulam-se órfãos, deixados em instituições que antes eram as chamadas “casas dos deixados”, ou seja, os “expostos”, para sua posterior entrega a alguém. Por fim, também existem as crianças abandonadas à própria sorte. Algumas dessas variações foram possibilitadas pelo desenvolvimento tecnológico das últimas décadas, e isso não é um dado menor, pois pela primeira vez não é necessário o entrelaçamento carnal entre duas pessoas para produzir uma gravidez.

O fato, no entanto, é que a instituição família, no Ocidente, demonstrou ser notadamente plástica e pôde adequar-se aos sobressaltos da história recente do matrimônio com maior ou menor maleabilidade. O modo de funcionamento atual da família é a metamorfose. Em contrapartida, o casal, tal como se conformou nos séculos XIX e XX, manteve-se estável no seu molde e obstinado nos seus objetivos. Segue-se cozinhando em fogo baixo a fórmula do casamento “burguês” de sempre, relativamente imutável e que se reproduz graças a cláusulas de ajuste como a negociação permanente, as terapias de casal, a separação temporária e o

divórcio legal ou extralegal. Trata-se de válvulas de escape preservando algo da intensa pressão psíquica que antes exprimia indefectível e precariamente as duas metades da laranja.

De modo que a insubstituível família se tornou afetivamente complexa nas suas formas, até mesmo barroca, mas o arquétipo do acoplamento romântico entre duas pessoas variou nada ou muito pouco. É fato que a imaginação humana pode criar mundos ilimitados, mas em termos de vínculos afetivos ela costuma ser mirrada e conservadora. Por outro lado, o que antes se chamada “insatisfação matrimonial” não desapareceu, muito pelo contrário; e, ainda por cima, as incitações ao “mercado do desejo” contemporâneo abrem sulcos todo o tempo abaixo de linha d’água. Para cada casamento que se mantenha mais ou menos estável no tempo há outros que, na noite de núpcias, ativa a espoleta de uma bomba de explosão retardada. Disso trata a estatística: a metade dos casais que se unem legalmente na cidade de Buenos Aires, a maior da Argentina, se separa depois de um tempo. O mesmo acontece com outros que evitam o registro civil. E quase as mesmas porcentagens voltam a se repetir no caso das segundas uniões civis. De modo que o mercado do desejo está saturado de reincidentes.

Esse mercado do desejo se dilatou consideravelmente desde que a corte amorosa acontecia, primordialmente, na primeira juventude e com o objetivo de fisgar uma companhia para toda a eternidade. A temporada de caça era breve, mesmo quando ninguém comia perdizes nem mesmo casualmente. Hoje, todavia, esse mercado quase não tem fronteiras e envolve pessoas de todas as idades que se veem compelidas a dar provas contínuas de performance emocional e disponibilidade sexual, assim como a de agenciar a aparência que melhor se enquadre nos ideais de beleza, juventude e simpatia profissionalizada que estão em voga. Nesse mercado, a imagem do corpo se transformou em bem de capital, uma arma legítima na luta pela vida, tanto para a ascensão

social como a sobrevivência psíquica da pessoa. Na lógica social da fantasia cada um deve se oferecer ou, quem sabe, prostituir-se de forma socialmente aceitável, tal como acontece com as aspirantes a modelos nos seus *castings* ou com os postulantes a um emprego no mercado de trabalho. E encomenda-se à tecnologia a tarefa de polir e lustrar as imperfeições da carne. Tudo culmina num mercado do desejo ampliado e feroz.

Quanto aos desfavorecidos na luta para ocupar posições nesse tabuleiro, não lhes resta outro remédio que recorrer a diversos artifícios a fim de potencializar a imagem do corpo, deixando-a mais ou menos pronta para qualquer atividade emocional que exija performances coreográficas. Esses artifícios dizem respeito à dietética, à malhação, à cirurgia estética, às psicoterapias motivadoras, à assessoria sentimental, à camuflagem erótica, aos fármacos que influem nos estados de ânimo ou que tonificam o empenho sexual, e continuam em todo tipo de empreendimentos comerciais destinados a facilitar a adaptação afetiva das pessoas.

Talvez o mercado do desejo seja mais “livre” que o de outras épocas, mas também é incerto e angustiante. Suas incitações e pressões não podem ser senão obedecidos, mesmo sob protestos, e então, cada qual deve expor seu tanto de carne e colocar a alma a venda. Em outras palavras: é preciso formatar a subjetividade em torno da etiqueta e do cerimonial da desinibição obrigatória.

Costuma-se ignorar que o casal moderno – fechado em si mesmo, síntese não de todo afortunada de convivência duradoura, acumulação monetária e desejo orientado exclusivamente para seu interior, no caso de que isso fosse humanamente possível – foi em seu tempo objeto de crítica devastadora por distintas correntes de pensamento, entre as quais se destacaram o romantismo, o anarquismo, o surrealismo, o existencialismo e o feminismo, além de gente boêmia e outros espíritos libertários. A um pouco esquecida palavra “alienação” condensava a

recusa e reunia em si as realidades incontornáveis da hipocrisia, da resignação, da derrota, do embotamento dos sentimentos e do desgaste geral da existência. Mas muito pouco mudou. Poder-se-ia dizer que o casamento sobreviveu devido a estadias regulares em diferentes serviços de terapia intensiva, sem excluir a infidelidade, que os anarquistas cem anos atrás reputavam como “a forma mais indigna do amor livre”. Outras possibilidades e mutações amorosas foram eclipsadas ou ninguém está interessado em vê-las. De todo modo, a solidão não parece ser uma preferência suportável.

De fato, todo enlace matrimonial pressupõe seu eventual fracasso. Em numerosas ocasiões o fracasso inclusive o precede. É a cláusula legal do divórcio que torna suportável o ideal de um contrato conjugal duradouro: concede-lhe um estatuto de experimento afetivo sujeito a reincidência. Se as sucessivas uniões maritais fossem objeto de experiência laboratorial, seria demonstrado que as cobaias recorrem ao mecanismo da tentativa e erro e, então, nova tentativa e erro e, de novo, nova tentativa e erro, muito mais do que se supõe no modelo da mudança de paradigma. O fato é que, com as portas do harém enfim abertas, e esgotados em larga medida os poderes patriarcais que até bem pouco tempo eram absolutos, a consequência não foi a emergência de relações mais livres, mas a inauguração de um novo ciclo de fricções e desgastes, de ansiedades e inseguranças. Acontece que é difícil acondicionar um ninho aconchegante com material de construção próprios de uma jaula.

Numa sociedade que compele seus membros a ser afetivamente livres e, ao mesmo tempo insta, sobretudo, a que se busque segurança emotiva, as condutas se tornam necessariamente paradoxais e autocontraditórias, para não dizer contraindicadas. Então, como em todo período de transição para não se sabe o quê, faz-se preciso moderar e apaziguar os fiascos, os desenganos e as frustrações, ou seja, o desejo alienado. Isso explica a crescente multiplicação pública de todo tipo de discursos “preocupados”

pelos desajustes nos casais assim como serviços de conservação das uniões matrimoniais em todas as suas formas, particularmente no que se refere à sexualidade entendida como “hábito saudável”, o que inclui o estabelecimento de creches noturnas gratuitas para crianças para que seus pais possam, enfim, ficar a sós, até cursos de *strip-tease* para esposas, sem mencionar os incontáveis manuais que aconselham como manter as partes compatíveis ou ainda os programas familiares de cirurgias faciais e implantes de silicone previstos nos planos de saúde públicos e privados, sem esquecer a terapia de casal, diretamente relacionada ao perigo da dissolução, ou mesmo as exortações para que os casais programem um tempo para eles mesmos (o que os estadunidenses chamam de “*quality time*”). Em todo caso, a preocupação atual com a vida sexual dos casais e das uniões é equivalente e simétrica à que antes fazia a Igreja, que frisava as tentações do pecado, só que agora se insiste no “saudável” desse tema. Mas, em ambos os casos, destaca-se uma vontade normativa que procura proteger a monogamia das tendências emocionais centrífugas da época. Essa vontade de normalização tem algo de uma cruzada moral amigável, mas é levada a cabo com a mesma tenacidade que em épocas passadas imprimiram os missionários cristãos, tanto na África quanto na Polinésia, para combater a poligamia.

A coisa não melhora com políticas de Estado que recompensem o grande sofrimento das vítimas da subjetividade contrariada outorgando-lhes os mesmos direitos que sempre gozaram os provocadores de suas blasfêmias, como o assim chamado na Argentina “casamento igualitário” para gays e lésbicas. Pretende-se reinstalar as práticas amorosas e eróticas de gueto ou de minorias na lógica social das “identidades”, cada qual com sua diferença, cada qual com seu *identi-kit*. É o território do liberalismo progressista: para casar-se há que se definir. Agora, por exemplo, “gay”, ou seja “sou”, de modo parelho aos outros se definem heterossexuais, ou seja “somos”. Assim como na política, a presença da

minoría no Parlamento legitima a maioria, também o casamento dos “diferentes” legitima o contrato dos iguais. Tempos atrás, a demanda de sexo “pré-matrimonial” também supunha a defesa do monopólio em si mesmo.

A questão é que milhões de pessoas devem se ocupar em dar provas constantes de levar vidas afetivas plenas e, também, trabalhar a eventual frustração e a inevitável deterioração do corpo. São trabalhos forçados. E, além disso, objeto de preocupação pública. Se antes a família era o nicho onde cada pessoa devia aplacar suas energias e “realizar-se emocionalmente”, agora já não é assim. Esse espaço deve ser procurado nas tarefas laborais, no lazer ou no estudo e, sobretudo, na loteria do desejo, e isso explica a evidente proliferação de todo tipo de serviços que compõem uma “indústria do estado de ânimo” e que oferecem assessoria psicológica, recreativa, sentimental, sexual e espiritual. Aparentam-se a “injeções de vida” e talvez a personalidade moderna, frágil e viciante, não pudesse se manter sem a conexão constante com o consumo, a comunicação, o turismo, o espetáculo e o consumo de fármacos. De modo que a história da família e a história dos casais evoluem agora desigual e combinadamente. Ninguém está totalmente satisfeito e todo juntos assumem os prejuízos.

## **O pior inimigo dos aposentados**

Quanto à situação das chamadas “pessoas de idade”, ou seja, os velhos, de quem se diz que experimentam sua “melhor idade”, agora se lhes insta demonstrar publicamente vigor e jovialidade, ou “qualidade de vida”, no exato momento em que são descartados da vida laboral. São os “aposentados”, qualificativo que nunca alegrou seus destinatários, assim como acontecia com o conceito de “classe passiva”, que era o tratamento que se dava ao pessoal aposentado nos documentos oficiais. As “pensões de aposentadoria” não são muito antigas, datando do final

do século XIX, e foram sendo universalizadas a partir da metade do século XX. No entanto, o aumento da expectativa de vida da população nas últimas décadas tem suscitado preocupações quanto à manutenção econômica dos aposentados, assim como com a vida emocional de quem não tem mais ocupação laboral.

É estranho dar-se conta de que, cem anos atrás, quando em alguns lugares da Europa foram estabelecidas as pensões de aposentadoria, houve gente religiosa que as rechaçou. Também se negaram a fazer seguros de vida (massivamente factíveis quando se implementou, no século XIX, o cálculo por probabilidades estatísticas). Em ambos os casos, sua aceitação teria significado desconfiar da providência divina. Para quem levava a sério a religião, essa descrença seria paga, na outra vida, com a condenação ao inferno. Também os anarquistas se recusaram a aceitar a aposentadoria concedida pelos Estados de bem-estar social. Acreditavam que apenas o sindicato tinha o direito legítimo de proteger seus afiliados das inclemências da vida. Não obstante, naquela época, a maioria da população tomou as pensões estatais como uma conquista, como desonra ou claudicação. Já a vida emocional dos aposentados foi relegada à privacidade de cada um. Por outro lado, para os religiosos, esse era um tema que pertencia à vida espiritual da pessoa, enquanto para os anarquistas, dizia respeito à realização de uma vida cotidiana o mais libertária possível.

Ademais, a possibilidade de existência das caixas de pensão para aposentados dependeu de que a intersecção entre população e mercado de trabalho assumisse a figura de um triângulo equilátero: os jovens, que deviam ser numerosos, sustentavam os anciãos, sempre em decréscimo, aceitando que os que ainda não tinham nascido fariam o mesmo com eles no futuro. Tudo funcionou mais ou menos bem até que em 1960 foi lançada, no Ocidente, a pílula anticoncepcional, uma tecnologia daquelas a que se costuma chamar “revolucionárias”, que tomou a

sexualidade – e o corpo feminino em especial – como um objeto de experimentação. No entanto, acontece por vezes que as tecnologias – apesar do otimismo de seus fiéis – têm efeitos inesperados, não desejados ou não previstos no manual de instruções. Nesse caso, tratou-se da redução dos futuros contribuintes das contas estatais previstas para a manutenção dos aposentados. O aumento da expectativa de vida da população fez o restante.

Houve um tempo em que a mera menção aos métodos anticoncepcionais equivalia a blasfemar e até mesmo a publicidade de suas virtudes era muito restrita. Até mesmo os anarquistas espanhóis, que na década de 1930 difundiam o preservativo de látex entre os afiliados aos seus sindicatos a fim de promover a “procriação consciente” – que mais adiante seria chamada de “planejamento familiar” – não lidaram com isso sem problemas. Nesse mundo coalhado de pecados, os contraventores deviam se deslocar nas pontas dos pés, e mesmo que os gozos obtidos pudessem ser formidáveis, os impedimentos e armadilhas impunham altos custos a cada vitória. De fato, quando a pílula foi lançada no mercado, seus opositores não eram exatamente bebês de colo, mas incluíam a Igreja Católica – que considerava o sexo eufemismo para procriação – e aos chamados “supremacistas” nos Estados Unidos, gente racista convencida de que só a utilizaria mulheres educadas – leia-se “brancas” – contribuindo, desse modo, para a multiplicação de pessoas “de cor”. Na verdade, a pílula anticoncepcional foi contemporânea às políticas de controle populacional fomentadas pelos países “desenvolvidos” no Terceiro Mundo. Temia-se que o aumento exponencial da população mundial, e lugares como a Índia e a Indonésia eram tidos como “bombas demográficas”. Era preciso reduzir suas taxas de natalidade.

Mas o diabo intrometeu-se e a intenção original cruzou com a aparição do feminismo, da “revolução sexual”, e das demandas dos jovens por um “direito natural ao prazer”, posto que a década de 1960

foi um caldeirão fervente. Em todo caso, a regulação dos intervalos entre gravidezes, o controle do seu “tempo”, seria concomitante a uma considerável independência social e econômica para as mulheres, até então postergadas, quando não reduzidas a funções de harém, trabalho doméstico e criação dos filhos. Onde se acabou por reduzir a taxa de natalidade foi nos países “desenvolvidos” e, paulatinamente, em alguns países “em desenvolvimento”. Com o tempo, o triângulo equilátero que permitia sustentar os sistemas previdenciários foi sendo deformado até se transformar em um rombo. Declinava a quantidade de futuros trabalhadores e proliferava o número de aposentados. A melhoria na tecnologia médica, entre outras razões, alongou a expectativa de vida dos 65 ou 70 para os 80 anos de idade.

O que fazer, então? A prédica eclesiástica de “voltar às fontes”, ou seja, voltar para anteontem, entrava em colisão com a consciência social alcançada pela mulher e, também, pelos jovens em geral. As campanhas de fomento à natalidade fracassaram. Recorreu-se, na Europa, à importação de imigrantes da África negra, dos países árabes, do Paquistão, da Turquia: mas isso somente funciona em tempos de vacas gordas. Logo vem o momento do egoísmo e da ingratidão dos “nascidos e criados” no lugar, quando não o racismo puro e simples. Inevitavelmente, os governos terminam saqueando a poupança para o futuro nas urgências do presente. De modo que segue o problema, por ora contido com arame. Seria imprescindível reinventar as necessidades humanas, ou talvez, deixar que apenas os velhos trabalhem e que os jovens o façam apenas a partir da metade da vida. Assim é: está “cientificamente comprovado” que quando pessoas “de idade” seguem trabalhando além da sua idade de aposentadoria, vivem mais tempo. Em todo caso, ninguém gosta de ser declarado obsoleto e prostrar-se. Os jovens, por seu lado, poderiam se dedicar a experimentar, a viajar, a brincar, a estudar, a criar crianças e ao sexo em geral.

E agora, há muito velhos, e o gasto social que se lhes dedica termina sendo insuficiente, para não dizer indigno. Não obstante, eles também são incitados a assegurar sua “qualidade de vida”, assim como antes, durante sua época como trabalhadores, eram forçados a “ganhar a vida”. Bom, então, os imperativos da época foram diabolicamente se acoplando e, agora, se entrelaçam nos seus efeitos como camisas de força. Alguns desses imperativos são efeitos investidos ou não previstos das rebeliões culturais da década de 1960, como a ideia de que a juventude é um ator político fundamental, hoje em dia uma ideologia prepotente que se pode chamar de *juvenilismo*. É possível que no futuro ninguém tenha direito à melancolia, muito menos o de dar a impressão de decrepitude ou de agonia. O vigor – a “vigorexia” – pode chegar a se transformar na obrigação de todos os cidadãos. Não há sossego, então, e em torno da velhice despontam indústrias médicas, turísticas e de passatempos lúdicos ou culturais, que não excluem o aditivo químico sexual, o cruzeiro marítimo e a atualização diária da conta do *Facebook*. Isso para os que ainda têm algo. Para a imensa maioria dos anciãos se reserva a única tecnologia socialmente disponível, os asilos, que proliferam em toda cidade e cujos nomes sedativos e idílicos ocultam que são nada mais que morredouros, lugares onde milhões de pessoas inermes e rejeitadas esperam que os golpes finais ressoem de uma vez por todas na porta de entrada.

De modo que a pergunta política pelo tipo de vida que levamos atualmente é a precondição para poder sair dos círculos viciosos. Posto que, diante do sofrimento emocional, há duas atitudes possíveis. Ou nos perguntamos pela condição ontológica dos contextos que alimentam a dor, ou advém uma atitude técnica, que não se interessa pela essência da dor, mas por aplicar procedimentos que visem controlar seus efeitos, como se as dores emocionais fossem meramente sinais nervosos.

## Crianças

Uma palavra mais, agora sobre as crianças. Chama-se a atenção a superabundância urbana das salas de recreação infantil – “peloteros” como se nomeia na Argentina – esses lugares onde as crianças brincam por horas e que considero equivalentes às *fumeries* de ópio. É sabido que na época da Revolução Industrial na Inglaterra, os pais davam láudano – que então se vendia em farmácias – aos seus filhos pequenos para que dormissem, permitindo aos adultos restaurar sua força de trabalho à noite. Hoje se recorre a sedativos socialmente mais aceitáveis. O fato é que as energias infantis devem ser amortizadas e para isso está a programação televisiva e os jogos de computador, além de uma quantidade notável de recintos urbanos, tais como salões de festa, serviços de animadores, chefes de turno dobrado, bares temáticos infantis, *playgrounds* em restaurantes e shoppings e as já mencionadas salas de recreação. Some-se a isso a industrialização dos brinquedos e a escolarização em tenra idade, quase desde o nascimento, que é um fenômeno recente, e que se prolonga – aos que ingressam na universidade – até a alcançar a metade da vida de alguém. E assim transcorre infância, adolescência e juventude, entre disneylândias de cabotagem e aprisionamentos precoces. Do mesmo modo que o tempo de ócio dos adultos – na verdade, seu tempo “liberado” do horário de trabalho – foi capturado pelas interrelações da rede informática, o tempo de brincadeira ou de pausa das crianças foi saturado de atividades incessantes. Isso supõe um sistema de serviços para a classe média, de modo que, em larga medida, o lar e a família deixam de ser o espaço de formação da personalidade.

Dizem que não há alternativa, posto que o trabalho é destino e espaço de realização pessoal. Hoje nos parece inverossímil que no século XIX socialistas e anarquistas tenham debatido sobre a quantidade de horas que numa sociedade emancipada seriam dedicadas ao trabalho: cinco horas, quatro horas, duas horas. E o restante do tempo a desfrutar e

criar. Pretendiam dar conta das necessidades, dos processos laborais e da vida cotidiana sem excluir a família. Hoje, quando recebemos um salário em troca da obediência – que, então, cobra a vida em parcelas – somos apaziguados com objetos de consumo rotativos, as mais recentes tecnologias, sigilosas iscas “amigáveis” nos lugares de trabalho, e passatempos midiáticos ou comunicacionais – ou seja, “culturais” – como se a única maneira de tocar a vida fosse com a camuflagem das comodidades, dos entretenimentos e das interconexões. O hamster também precisa que uma roda giratória seja instalada em sua mansão. Em todo caso, o consumo não é um “direito”, mas a ilusão de um exército de consumidores. Nesse contexto, a criação dos pequenos exige planejamento constante e atividades extradomésticas. A rua, e seus correspondentes bandos de crianças, não são mais uma opção, a não ser para os bairros pobres ou as cidadezinhas do interior. Talvez o tempo da infância esteja se diluindo agora mais rápido do que antes.

Tanta compartimentação em salas infantis e tanta cronometragem do tempo outrora sem tempo da infância são maus substitutos das oferendas que as crianças mais necessitam – aceitação e afeto – tanto como também urge aos animais, submetidos a imensos abusos, em certo aspecto similares aos que, tempos atrás, padeciam os menores de idade, ainda mais se fossem órfãos. É possível que o desenvolvimento desigual e combinado entre as experiências contemporâneas do casal e da família já tenha deixado sua marca sobre a alma infantil. E ninguém sabe como suturar essa marca. Ou, talvez, não seja preciso fazê-lo. Em todo caso, os casais não têm obrigação alguma de perdurar como uma unidade que outrora costumava também ser falsa ou enlouquecedora; mas o fato é que os filhos são eternos. A questão é o custo: quem o paga? Sempre pagamos os erros dos nossos antepassados e nossos filhos pagarão os nossos. Quem os paga é o último da fila e não o primeiro. Aquele que vem depois. E não é com curativos ou emplastos que se

pode amenizar o problema, mas com outros ideais de felicidade pública. Lamentavelmente, na Argentina não existe outro modelo de felicidade pública que não seja o de melhorar o padrão de vida da maioria segundo critérios propostos pelos países “desenvolvidos”. Isso é o que nos articula imaginariamente ao “mundo”.

## Final

Friedrich Nietzsche escreveu, alguma vez, que em épocas mais inóspitas e menos “sofisticadas” se sofria menos que agora. Aludia à fragilidade dos recursos espirituais do homem moderno para fazer frente à inevitável intromissão da dor na existência. Quando se carece de recursos próprios para administrar os conflitos e pesares da vida cotidiana, quando se aspira a um corpo indolor em uma sociedade que não toma como tarefa pedagógica a afirmação espiritual da personalidade, então, a “blindagem” deve ser necessariamente externa. A farmacologia, em especial, cumpre essa função, assim como os cursos de autoajuda, os entretenimentos programados, a indústria do turismo e um sem-fim de “potencializadores” do corpo. Muitas vezes tudo isso termina em ferocidade “terapêutica”, acrescentada por maiores doses de adição aos apacadores de dor. Sem essas imunizações despencaríamos como corpos sem sustentação. E ainda que seja correto que as tecnologias que potencializam o corpo possam ser apacadoras funcionais, elas não substituem as invenções afetivas ou espirituais com as quais é possível fundar relações menos ansiosas e frustrantes.

Que mundo resta aos corpos que não cabem na fôrma da mercadoria perfeita? O mesmo destino que as mercadorias: a obsolescência programada. Em última instância, se são deixados de lado os subsídios que compensam a posição desfavorecida de cada um, o sistema social funciona como uma máquina impávida para a qual somos todos prescindíveis. Mas o debate público sobre como levar uma vida desejável na sociedade do

descarte de pessoas é, até o momento, paupérrimo. E, ainda assim, é o único que importa. As pessoas gastam tempo e energia preocupando-se com as imagens corporais que expõem aos demais em vez de procurarem prazeres tangíveis. Assim se perde tempo e empenho. Em todo caso, ou escolhemos pensar a história humana como um enorme experimento de crueldade sobre o corpo humano ou revisitamos os momentos em que se inventaram formas de festejar, de consolar, de celebrar.

Seria essa uma história benéfica. Deve-se julgar uma sociedade avaliando as possibilidades existenciais que tenha propiciado a seus habitantes, o modo como os afastou do dano e da sanha. Essa é uma história inconclusa, a da piedade, da mansidão gozosa, do amor ao mundo, aos animais, às crianças, ao corpo. Enfim, uma história da caridade humana.